Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Universidade de Brasília

Reitora Rozana Reigota Naves
Vice-Reitor Márcio Muniz

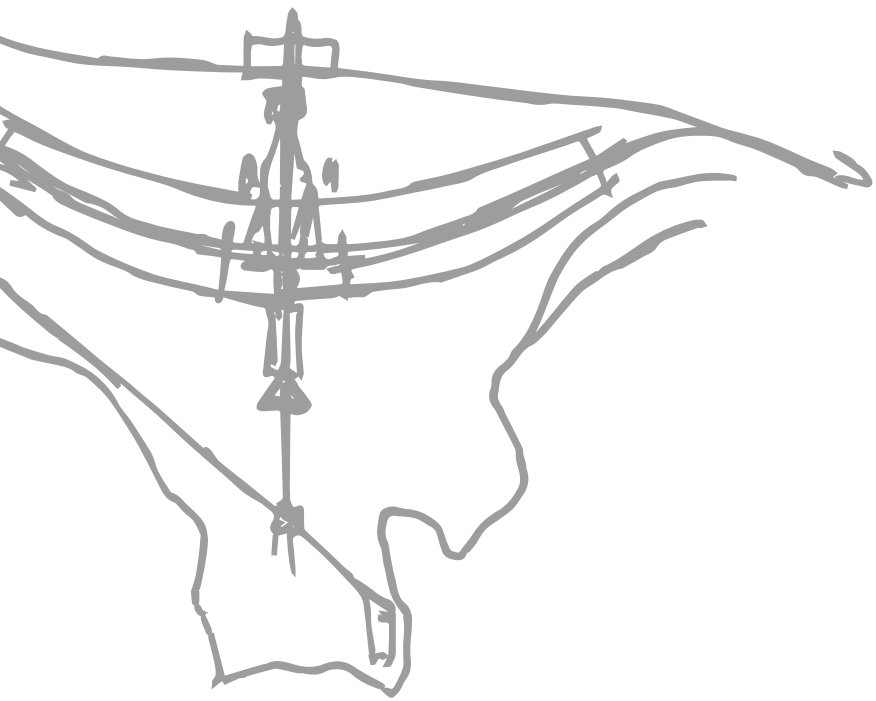
EDITORA
UnB

Diretora Marina Dourado Lustosa Cunha

Conselho editorial
Andrey Rosenthal Schlee
Biagio D'Angelo
Carina Luísa Ochi Flexor
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Josivânia Silva Farias
Maria Carmem Aires Gomes
Maria do Socorro Neri de Sousa
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho
Marina Dourado Lustosa Cunha
Nilce Santos de Melo
Rosineide Magalhães de Sousa

Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Equipe editorial

Coordenação de produção editorial Marília Carolina de Moraes Florindo

Assistência editorial Jade Luísa Martins Barbalho

Revisão Jeane Pedrozo

Diagramação Wladimir de Andrade Oliveira

Padrão visual/Capa Mauro Liz (2011)

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília-DF
CEP: 70910-900
(61) 3107-3700
www.editora.unb.br
editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização expressa da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

R947 Rupturas e desafios da educação no Distrito Federal (1964 – 1985) [recurso eletrônico] / organizadoras, Eva Waisros Pereira, Laura Maria Coutinho, Maria Paula Vasconcelos Taunay. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2025.
552 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-243-9.

1. Educação – Brasília (DF) – História. 2. Ditadura. I. Pereira, Eva Waisros (org.). II. Coutinho, Laura Maria (org.). III. Taunay, Maria Paula Vasconcelos (org.).

CDU 37(817.4)(09)

Heloiza dos Santos – CRB 1/1913

Sumário

APRESENTAÇÃO.....14

Parte I
OUTROS ARES SOPRAM

Capítulo 1
Contexto sociopolítico em 1964: a capital ocupada.....21
Claudia Paiva Carvalho
Cristiano Paixão

Capítulo 2
A educação tecnicista no golpe militar de 1964.....46
Raquel de Almeida Moraes

Capítulo 3
Financiamento da educação no Distrito Federal: o período autoritário.....62
Jorge Abrahão de Castro

Capítulo 4
Estudo comparado da educação escolar em instituições públicas e privadas do Distrito Federal (1964-1984) 79
José Luiz Villar Mella

Parte II
PENSADORES DA EDUCAÇÃO APARTADOS

Capítulo 5
Anísio Teixeira: pensamento silenciado, ação interrompida 95
Eva Waisros Pereira

Capítulo 6

Paulo Reglus Neves Freire, Brasília, 1964 130

Laura Maria Coutinho

Capítulo 7

Darcy Ribeiro: trajetória, exílio e pós-exílio.....156

Haydée Ribeiro Coelho

Parte III

EDUCAÇÃO, AUTORITARISMO E REPRESSÃO

Capítulo 8

O elefante branco: uma escola com o nome de resistência.....175

Eliane Brito

Capítulo 9

Organização de docentes do Distrito Federal: a repressão no período da ditadura militar 194

Antonio Carlos Andrade de Souza

Erlando da Silva Rêses

Capítulo 10

Centro Integrado de Ensino Médio, Ciem: uma escola inovadora no período da ditadura militar 221

Ariane Abrunhosa

Denise Farage

Mariana Penna

Capítulo 11

Tecnologias da educação na nova capital: desenganos e êxitos 254

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Raquel de Almeida Moraes

Parte IV
O OCASO DE UMA PROPOSTA TRANSFORMADORA

Capítulo 12
O golpe militar de 1964 e suas consequências sobre o plano educacional de Anísio Teixeira.....278
Leila Chalub Martins

Capítulo 13
O papel da tipologia das escolas classe na definição do lugar escola no Plano Piloto de Brasília.....303
Samira Bueno Chahin

Capítulo 14
Educação de jovens e adultos trabalhadores: concepções e práticas em disputa.....315
Leila Maria de Jesus Oliveira
Maria Margarida Machado

Capítulo 15
Educação negada: a luta dos moradores da Vila Paranoá pelo direito de estudar.....354
Leila Maria de Jesus Oliveira
Ricardo Gonçalves Pacheco

Parte V
MUDANÇAS NO CURRÍCULO ESCOLAR E NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Capítulo 16
Fios e tramas da memória: a cultura cívico-patriótica na escola pública do Distrito Federal (1964-1985).....376
Antonio Fávero Sobrinho
Valéria Nely Cézar de Carvalho

Capítulo 17

Estudo de um caderno de teoria e prática de ensino na matemática da Escola Normal da Ceilândia.....403

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho

Edilene Simões Costa dos Santos

Carmyra Oliveira Batista

Mônica Menezes de Souza Batista

Capítulo 18

Imagens da cidade e da escola: sobre a atualidade da proposta da escola parque para a capital.....423

Maria Andreza Costa Barbosa

Maria Lídia Bueno Fernandes

Parte VI

BRECHAS, ESPAÇOS ALTERNATIVOS E RESISTÊNCIA

Capítulo 19

Wladimir Murtinho e sua atuação na educação e na cultura do Distrito Federal 452

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Capítulo 20

Projeto integrado de educação ambiental de Ceilândia: uma experiência inovadora em terreno minado.....482

Vera Margarida Lessa Catalão

Josefina Reis de Moraes

Capítulo 21

Entre livros e artes, uma escolinha de criatividade e uma biblioteca infantil na 104/304 Sul.....501

Luciana de Maya Ricardo

Alice Fátima Martins

Capítulo 22
Um olhar literário sobre Brasília: textos inaugurais e escrituras da resistência 521
Maria Alexandra Militão Rodrigues

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....541
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

SOBRE OS AUTORES 545

Parte III
EDUCAÇÃO, AUTORITARISMO E REPRESSÃO

Capítulo 8

O elefante branco: uma escola com o nome de resistência

Eliane Brito

Este capítulo representa o início de uma jornada de pesquisa sobre a educação do Distrito Federal no período da ditadura militar e tem como objeto o Centro de Ensino Médio Elefante Branco. Foram analisados os documentos primários digitalizados do Arquivo Público Nacional, disponibilizados por meio do Sistema de Informação do Arquivo Nacional; bem como o acervo do jornal Correio Braziliense, disponível na Biblioteca Nacional Digital. Também foram utilizadas entrevistas com ex-alunos e ex-professores disponíveis no Museu da Educação do Distrito Federal, além do acervo da própria escola.

Foram selecionadas entrevistas de professores que trabalharam no Elefante Branco no período da ditadura militar: Antônio Fernando Paranhos Macdowel; Eldonor de Almeida Pimentel; Libânia Rabelo Ferreira; Marlene Cabrera da Silva, além de entrevistas de ex-estudantes e ex-militantes do movimento estudantil, Carlos Alberto Farias Galvão, Jarbas Silva Marques; do acervo do Museu da Educação do Distrito Federal.

Uma escola modelo

Os anos 1960 tiveram importância fundamental para Brasília. A construção da cidade fazia parte do projeto político nacional de progresso almejado para o Brasil. Sua inauguração, em 1960, significou "a materialização dos desejos e dos sonhos que formavam o imaginário de muitos brasileiros nos anos 50 — sonho de romper com os arcaísmos políticos e sociais e instituir no Brasil um novo tempo" (Ceballos, 2005, p. 5).

Brasília seria a esperança de um novo tempo para o Brasil, porém sua história é marcada por vários cenários políticos, entre eles, a ditadura militar, orquestrada ainda nos primeiros anos da nova capital. Sua influência e forma de organização marcou a identidade da cidade.

O Centro de Ensino Médio Elefante Branco encarnou o projeto de educação proposto por Anísio Teixeira, à época diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no âmbito do sistema público de ensino de Brasília. Com base no desenvolvimento intelectual e crítico em detrimento da vertente tradicional da educação, esse colégio seria o modelo de ensino médio para o Brasil, com características universitárias, matérias optativas, departamentos, laboratórios e autonomia dos estudantes e professores.

A escola foi preparada para receber 1.100 estudantes, 70 salas de aulas, mais de 60 professores, 5 laboratórios, sendo dois de física, dois de química e um de história natural; contava com aproximadamente 4.500 metros quadrados, além de campos de esporte e piscina. Jarbas Silva Marques, ex-aluno, afirmou que "o Elefante Branco era a beleza física do prédio, limpo, com bom gosto, e as salas de aula todas no primeiro andar. E o ensino era o que existia de melhor no Brasil" (2007).

Para o professor pioneiro, Antônio Fernando Paranhos Macdowell,

> o final de 1960, houve então a utilização do Elefante, todo ele ligado ao segundo grau. Com todas as condições possíveis e imaginárias de um colégio absolutamente de excelência,

> nós tínhamos laboratórios, tínhamos salas para os chefes de departamento. Nosso chefe era uma pessoa absolutamente extraordinária que era o Geraldo Costa Alves. E ele fazia aquela divisão de trabalhos com uma calma, com uma clarividência absolutamente extraordinária. (Macdowell, 2010)

O Centro de Ensino Médio Elefante Branco foi assim nomeado pela população em razão do seu tamanho e da morosidade na entrega da obra, que atrasou por um ano; estava prevista para ser entregue junto com a nova capital, porém isso se realizou apenas no dia 22 de abril de 1961 (Será, 1961). São várias as matérias no jornal local que denunciavam a demora para entregar a escola. Antes mesmo de ser entregue, a escola já havia sido batizada pela comunidade como Elefante Branco.

No mesmo ano, a elefante Nely, do Zoológico de Brasília, presente do governo indiano ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, foi levada à escola, oficializando, assim, o nome e o símbolo do colégio.

No ano de 1961, já era comum o nome da escola aparecer nos jornais. O Correio Braziliense, por exemplo, realizou duas publicações de estudantes do Elefante Branco contestando uma matéria com o nome "Escândalo para Jânio ver", que ressaltou que, na escola, havia "descalabro e anarquia na ex-Caseb". A expressão ex-Caseb faz referência ao colégio Elefante Branco, pois, antes de sua inauguração, chegou a funcionar em uma escola provisória denominada Caseb, sigla da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (Escândalo, 1961). O professor Eldonor Pimentel afirmou que,

> quando nós chegamos, no mês de março, a CASEB não havia sido concluída e o Elefante Branco também não. E o 2° grau, para o qual eu particularmente seria destinado, não existia nada, tanto que, durante o ano de 1960, para o 2º grau foi erguida, onde hoje é a Escola Normal, uma construção de madeira, um barracão muito bem feito, muito bonito, no meio do cerrado, era lindo, com o laboratório e quatro dependências de salas de aula para alunos do clássico e do científico. Se não

> me falha a memória, nós tínhamos duas turmas: uma do clássico e uma do científico; fora outras salas de laboratório. (Pimentel, 2006, p. 7)

A matéria principal do jornal pedia a exoneração do diretor da escola. O texto convidava o então presidente, Jânio Quadros, para visitar a escola e acabar com ações dos estudantes e professores, consideradas anárquicas pelo editor-chefe do jornal. Essa matéria possibilita depreender que, desde os primeiros anos do colégio, já havia uma construção depreciativa da escola, com fiscalizações e incômodos das alas mais conservadoras da cidade, sobretudo por causa da metodologia escolanovista proposta por Anísio Teixeira. Para o professor Eldonor de Almeida Pimentel (2006, p. 5),

> A instalação de laboratórios era condição essencial para que houvesse um desenvolvimento harmonioso de uma ciência exata, tal como Química, Física e Biologia. E essa perspectiva, segundo nós vimos, analisando os folhetos que nos foram entregues, nós encontraríamos aqui em Brasília, o que nos animou ainda mais. Ou seja, nós iríamos criar, estabelecer, uma escola nova, revolucionária, nos moldes daquilo que o professor Anísio Teixeira tanto preconizava.

Já em 1960, houve uma demissão em massa dos professores do ensino médio, como afirmou o professor pioneiro Eldonor de Almeida Pimentel, participante do primeiro concurso público para professores de Brasília. Todos os professores contrários à gestão da Fundação Educacional ou envolvidos com a criação da Associação Profissional dos Professores do DF (APPDF) foram demitidos. A matéria "Não Poderão Começar dia 1º as Aulas" faz referência à demissão dos professores e como essa ação prejudicou os estudantes do ensino médio do DF (Não poderão, 1961).

Segundo o Sindicato dos Professores (Sinpro-DF), a Associação de Professores do Ensino Médio de Brasília foi fundada em 15 de outubro de 1960. Uma das principais reivindicações da categoria era a garantia da moradia para os professores pioneiros. Em documento conservado no acervo

da escola, foi encontrado um abaixo-assinado, com anuência de muitos professores do colégio, pedindo autorização da direção escolar para construção de um barraco para moradia de professor, o que nos permite inferir sobre a possibilidade de haver construções residenciais dentro do espaço físico da escola. O mais interessante é que nenhum documento oficial do Arquivo Público do Distrito Federal, pesquisado até então, faz referência à existência dessas construções, nem mesmo no acervo específico da Novacap.

A professora pioneira Libânia Rabelo Ferreira afirma que, no "primeiro ano, houve uma leva de professores despedidos. A Caseb chegou à conclusão de que alguns professores não se adaptaram a Brasília. Então eles foram convidados a regressar aos seus estados. Foram treze professores" (Ferreira, 2003, p. 18). Os docentes foram demitidos no período de férias de 1961 e, por pressão popular, o próprio presidente da República, Jânio Quadros, pediu explicações à Fundação Educacional. No dia 19 de março do mesmo ano, os demitidos foram reintegrados ao quadro. Os professores fizeram uma publicação no jornal Correio Braziliense, caderno de Educação e Ensino, com o título "Democracia: Teoria e Vivência" (1961):

> [...] Afastados da Escola pela oposição que sempre manifestaram a todas as formas de opressão e servilismo, procuramos vivenciar os conceitos de liberdade e democracia que transmitiam aos alunos, é justamente por sua crença nessas mesmas idéias que regressam. Desterrados pela má-fé, é pela fé retornam; exilados pela negação de valores como direito e justiça, é pela crença nestes valores que estão de volta. Sua permanência em Brasília, em luta de um mês já contra o domínio da incúria e da irresponsabilidade, terá por prêmio a vitória da consciência de uma contribuição efetiva para a obtenção de um novo tipo de liberdade: a da autenticidade e da vivência das teorias. Êste é o segrêdo do ânimo que os alenta e o sentido da luta em que se empenham.

O texto contundente noticia o cenário de disputa que a educação no DF atravessava, e, ao mesmo tempo, nos informa sobre as disputadas narrativas

que estavam em voga no mundo no contexto da Guerra Fria. Entretanto, o anticomunismo é um dos fenômenos políticos mais relevantes no colapso democrático da história do século XX no Brasil. Para a historiadora Maud Chirio, o anticomunismo fazia parte do imaginário dos militares e civis muito antes do golpe, as manifestações mais contundentes datam da década de 1930, e se intensificaram no Estado Novo. Segundo ela,

> uma multiplicidade de vetores contribui para a mobilização de temas e imagens tradicionais do anticomunismo militar brasileiro a fim de legitimar o golpe de Estado como uma contrarrevolução. As Forças Armadas não descobrem, evidentemente, o anticomunismo com a Guerra Fria, ou quando parte de sua oficialidade se convence de que uma "guerra revolucionária" está em curso em solo nacional. Trata-se de um ódio alimentado no seio da instituição militar desde os anos 1930. A cultura anticomunista militar constitui um conjunto de referências, imagens, palavras que os conspiradores mais ativos mobilizam dentro de uma conjuntura política particular. As novas ameaças que o contexto da Guerra Fria parece representar, os discursos para descrevê-las e as armas para enfrentá-las surgem frequentemente como o simples rearranjo de elementos presentes de longa data no repertório anticomunista brasileiro: a ameaça interna, à qual está associada a imagem da traição; a denúncia do movimento social (greves, manifestações) como uma "desordem" que "desagregaria" as instituições, os valores e a unidade da sociedade; a arma da propaganda subversiva e a necessidade de uma contrapropaganda. Trata-se, aliás, de marcas de um anticomunismo conservador. (Chirio, 2012, p. 34-35)

Nota-se que o fenômeno "anticomunista" se fazia presente no Brasil há tempos e entranhava-se nas mais variadas esferas do cotidiano. Em 1962, a escola aqui analisada teve novamente seu nome estampado nos jornais, aliás, seu novo nome: "Elefante Vermelho". O batismo foi feito por Abel Rafael, ex-militante da Ação Integralista Brasileira, que se elegeu deputado federal por Minas Gerais, pela legenda do Partido de Representação Popular (PRP). Segundo o jornal, o deputado afirmou em plenário que o então

ministro da Educação, Darcy Ribeiro, e outras autoridades locais, como o próprio secretário da Educação, eram responsáveis por "estimular as atividades comunistas do seio dos educandários desta Capital". E afirmou que o plano em execução pretendia transformar o Centro de Ensino Médio em um "Elefante Vermelho", "os professores se organizam em Associações e envolvem o magistério em atividades ideológicas" (Elefante, 1962).

Segundo a entrevista da professora Branca Bakaj, a escola tinha uma significativa presença de estudantes que eram filhos de representantes do governo, "era um colégio modelo, o colégio onde a filha do presidente Geisel estudava. E havia filhos de ministros, deputados, senadores, então era uma escola padrão" (Bakaj, 2004). Ou seja, as fiscalizações contra as ações pedagógicas realizadas no Elefante Branco eram mais intensas, ao ponto que a criticidade e forma como a escola acreditava na formação dos estudantes era lida como ideologia comunista. Segundo a professora Marlene Cabrera (2006),

> os alunos eram, como se diz, osso de pescoço. Eles colocavam os professores... questionavam... meus alunos liam Sartre em francês. Olha, eu sempre falo: não tive, na universidade, padrão acadêmico e nem encontrei na universidade um padrão acadêmico igual ao dos meus alunos. Eu posso citar n alunos que estão aí brilhando no jornalismo, na política, no Itamaraty, alunos dessa época, gente brilhante [...]. É, havia uma mística. Realmente, os alunos sabiam que estavam vivenciando um projeto inovador em educação, havia essa consciência de que se fazia algo diferenciado. E a turma que foi selecionada em 1960 - os professores, aquela primeira leva - é que sustentava essa mística, de que iam fazer algo revolucionário, havia esse clima, essa percepção.

Esse projeto educacional não estava imune a críticas também dentro do Congresso Nacional. Alegando medo do comunismo nas escolas públicas do DF, o senador Guido Mondin (PRP-RGS), denunciou o que chamou de "Bolchevização do Ensino", ou "cubanização do Brasil no setor do ensino, em Brasília", afirmando que os professores de tendência marxista eram os

preferidos nas seleções de professores da Fundação Educacional do Distrito Federal. E que "o comunismo [era] atuante no ensino médio noturno de Brasília, onde até livros de autores comunistas conhecidos são distribuídos aos alunos" (Denunciada, 1962).

Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2000), no imaginário dos anticomunistas brasileiros, a educação precisava ser fiscalizada, visto que não poderia caminhar para um modelo soviético, preocupação já demonstrada nos anos 1930 no Brasil, quando os

> anticomunistas brasileiros ficavam igualmente enfurecidos com as informações de que os soviéticos introduziram educação sexual nas escolas. Consideraram a medida uma indignidade, que resultaria na transformação dos jovens em "garotos perversos", sem freios para conter seus "excessos de libidinagem" (Motta, 2000).

Nesse sentido, uma escola modelo, pautada na democracia e na diversidade, proposta por Anísio Teixeira, não mais poderia existir na capital da ditadura.

> E nós éramos mais engajados na política estudantil: eu, o Mário Nelson... ele foi o primeiro presidente da UNESB, no primeiro ano de sua constituição, e eu fui o primeiro secretário da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas. (Galvão, 2003)

O movimento estudantil do Elefante Branco era uma referência para as outras escolas. Já no início da década de 1960, antes mesmo de ter seu prédio inaugurado, os estudantes já se movimentavam e reivindicavam a construção de uma entidade organizada para pensar sobre as questões da educação no DF, mas também refletir sobre o Brasil e o mundo.

Segundo o ex-estudante e um dos precursores do Grêmio Estudantil do Ensino Médio (Gecem), Cláudio Fontelles, em depoimento ao premiado documentário *Honestino* (Vasconcelos, 1992), tanto ele como Honestino Monteiro

Guimarães eram sensíveis ao mundo, poetas que sonhavam com um mundo melhor, sem desigualdades e injustiças sociais. E aquele espaço representaria o lugar do debate, do aprendizado, da ação por uma educação de qualidade.

Com aproximadamente 5.000 estudantes, o grêmio estudantil do Elefante Branco tornou-se uma referência para o Brasil. Os estudantes ajudaram a organizar grêmios em outras escolas, como Setor Leste, Ave Branca (Cemab) em Taguatinga e Colégio Agrícola em Planaltina. Considerados mais radicais e agressivos nas lutas estudantis, os secundaristas eram numerosos e organizados. Segundo o ex-estudante Antônio de Pádua Gurgel, até 1964, os grêmios "foram representados pela União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Brasília, Umesb" (Gurgel, 2002). Em 1966, durante o golpe militar, criaram o Diretório Central dos Estudantes Secundaristas (DCESB), que congregava os colégios Cemeb, Caseb e Cemab.

O ex-estudante Carlos Alberto Farias Galvão, um dos criadores do grêmio estudantil da escola, relata que promoviam ações em toda comunidade de Brasília, com trabalhadoras domésticas e operários. Segundo ele, essa visão holística do ato pedagógico fez emergir um olhar comprometido com a sociedade.

> A partir daí foi praticamente impossível não ter uma participação um pouco mais engajada e compromissada com os destinos dessa mesma população. Foi a partir daí que eu e um colega do Elefante Branco, o Mário Nelson, montamos a UMESB – União Metropolitana de Estudantes Secundaristas de Brasília, que era um braço da UME, a União Metropolitana dos Estudantes, para que nós pudéssemos ter uma representatividade e, ao mesmo tempo, uma voz a ser ouvida nos pleitos que a sociedade reclamava. (Galvão, 2003)

No mesmo período, esse grupo de estudantes fundou o jornal do Gecem, com o nome de Reforma, no qual divulgavam suas reivindicações escolares, poesias, notas sobre a política internacional, notas de repúdio à

política interna, ao que estava acontecendo no Brasil, com a renúncia de Jânio Quadros e medidas como o parlamentarismo brasileiro.

O "Elefante Vermelho", como era conhecido na época, tinha muitos professores e estudantes que participavam de partidos e organizações políticas de esquerda: Partido Comunista Brasileiro; Juventude Operária Católica; Ação Popular; Partido Operário Revolucionário-trotskista; e logo essas organizações estavam presentes também nos movimentos estudantis em Brasília.

O presidente do Diretório Central dos Estudantes Secundaristas, Walter Tesh, estudante do Elefante Branco, sofreu investigação, já em 1966, da 11ª Região Militar do Comando de Brasília, por participar dessa entidade estudantil.

Nas manifestações da cidade, passeatas chegaram a fechar importantes avenidas, como a W3. Os estudantes encontravam-se e articulavam ações com estudantes da UnB; manifestavam-se abertamente contrários ao regime de exceção imposto pelo Estado brasileiro. O professor Jarbas Silva Marques conta que

> os estudantes do Elefante Branco, quando foi demitido um diretor e vários professores — havia um deles que era professor de Eletrônica, que foi professor de Eletrônica dos dois ministros, e que foi retirado de sala de aula sem nenhuma justificativa, simplesmente porque um delator disse que ele falava coisas indevidas. [...] Ele foi demitido do curso de Eletrônica, demitido assim, avisado de que não fazia parte mais, e esse professor deu aulas para dois ministros — então, os estudantes do Elefante Branco, e do Caseb também, criaram o chamado "território livre", de polícia não entrar no Elefante Branco, de polícia não entrar no Caseb. Mas foram vencidos pela violência, pela prisão desses líderes. (Marques, 2007)

O desconforto das autoridades com as manifestações promovidas pelos estudantes do Elefante Branco era permanente. Para reprimir os estudantes, proibiram a participação de qualquer atuante no grêmio estudantil na seleção para entrada na nova escola, o Centro Integrado de Ensino Médio (Ciem), fundado em 1964 e vinculado à Faculdade de Educação da UnB.

No mesmo ano, em 9 de outubro de 1964, todos os professores filiados à Associação de Professores, ou que participaram da greve, realizada em julho de 1964, foram demitidos. A justificativa da Fundação Educacional foi de que havia professores em excesso. Essas demissões foram publicadas no Diário Oficial da União. Em resposta, os estudantes recorreram à imprensa e afirmaram que todos os dias ficavam sem duas disciplinas por falta de professores no Centro de Ensino Médio Elefante Branco. O professor Eldonor Pimentel relatou em entrevista o sofrimento e a humilhação que os professores demitidos passaram para conseguir trabalho em Brasília,

> em 1964, depois da demissão, foi... porque não podia trabalhar em escola pública, as escolas particulares com medo e muitas se aproveitando, querendo pagar abaixo do que pagavam na época. Eu me lembro de que nós fomos procurar o La Salle, padre e tal, os caras... "não, pode sim"... mas queriam nos pagar irrisoriamente. Fomos, eu e o Fábio lá, conversar, se aproveitaram do momento... e olhe que nós éramos professores. (Pimentel, 2006)

As investigações aos professores considerados comunistas eram constantes, mesmo após as demissões. Segundo os militares, muitos professores do Cemeb eram atuantes no Partido Comunista Brasileiro. Sobre esse partido, é importante frisar que adquiriu importância na sociedade e, em Brasília, não seria diferente. Foi o grande partido de vertente marxista da época, cresceu e viveu um período de vitalidade. Influente no sindicalismo urbano, nas organizações camponesas, nos diversos movimentos sociais, era prestigiado pela intelectualidade brasileira, porém, após o golpe militar de 1964, precisou conviver com a ilegalidade (Ferreira, 2013).

A professora Marlene Cabrera afirma que vários professores começaram a ser perseguidos, a "universidade, à época, não tinha a expressão política que o Elefante Branco tinha. Os movimentos sociais de protesto, a origem eram os professores do ensino médio, principalmente do Elefante, da Caseb e, mais tarde, do Colégio Setor Leste". E completa:

> [...] eu peguei os livros do Fábio Bruno e sumi, dei sumiço nos livros do Fábio Bruno, porque... eram livros de Filosofia, não é? Nos meus também. Então, o Fábio foi a primeira pessoa a sumir em 1964, com a revolução. Eu me lembro de que o Secretário de Educação era o Alfredo Pujol, à época, uma pessoa assim "não grata" no meio professoral. Era muito subserviente à direita, ao governo. (Cabrera, 2006)

Por meio do Arquivo Público, foi possível ter acesso ao dossiê realizado pelo Ministério da Guerra, em que foram investigados professores do Cemeb, suas ações diárias, onde viviam, quem recebiam em suas residências e o que pretendiam, conforme consta do documento: "Nas reuniões referidas, são planejados atos subversivos e propagação da doutrina, principalmente na área estudantil" (Arquivo Nacional, 1969).

A primeira ação legal com o intuito de controlar os movimentos estudantis foi a criação da Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes, conhecida como Lei Suplicy, devido ao nome do ministro da Educação que a patrocinou, Flávio Suplicy de Lacerda. Segundo o artigo 18, parágrafo único, da referida lei, a atuação dos estudantes em grêmios estudantis estava vinculada a "finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo ser sempre assistida por um professor" (Brasil, 1964).

A educação física era confundida com a formação moral e o controle social, "o esporte foi a coroação de um mundo de competição, concorrência, liberdade, vitória, consagração. Sugerido de forma exclusiva pelos órgãos oficiais para a educação física escolar, ele carregava toda a simbologia de um mundo de lutadores e vencedores" (Taborda de Oliveira, 2004, p. 13).

A partir do golpe de 1964, até mesmo as publicações sobre o colégio no jornal Correio Braziliense focaram nas atividades físicas, nas competições e nos eventos desportivos, como o judô, que passou a ser obrigatório nas escolas públicas do DF. E, quando havia matérias que exigiam alguma

providência estatal na escola, ressaltava-se a não conclusão do projeto desportivo para o colégio, a falta da piscina olímpica, de quadras de esportes.

No entanto, os estudantes continuaram a realizar as atividades de militância do grêmio estudantil e essas ações passaram a ser vistas como caso de polícia. Em 1969, outra lei foi criada para coibir as organizações estudantis, o Decreto-lei n.º 477, de 26 de fevereiro de 1969, que definia como infrações disciplinares "a prática de atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe" (art. 1º); ou ainda que, "conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza" (art. 1º), praticadas por professores, estudantes, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares (Brasil, 1969).

A escola passou a ser vigiada pelas forças repressoras do Estado, os militares acreditavam, inclusive, que os estudantes estavam preparando a luta armada na capital, com base, segundo eles, na radicalização da luta de classe. No inquérito policial militar (IPM), apresentado pela Comissão da Verdade na UnB, o coronel Murilo Rodrigues de Souza ressaltou que os estudantes chegaram a "preparar, no *campus* da UnB, no Colégio Elefante Branco e no Colégio Agrícola, a mobilização da luta armada, com a criação de Territórios Livres. A população foi conclamada a estruturar-se numa frente estudantil-popular" (Relatório, 2016, p. 125).

A repressão ao colégio tornou-se cotidiana, e, mesmo após deixarem o Elefante Branco, os ex-estudantes continuavam a ser investigados por terem passado pela escola. Em 1970, o Sistema Nacional de Informações emitiu um comunicado confidencial ao Banco do Brasil com o relatório pedindo a exoneração de novos servidores que tiveram participação no movimento estudantil do Cemeb. A polícia política continuava a investigar estudantes, militantes e quem atravessasse a fronteira da ordem do Estado em tempos de ditadura. Segundo o documento confidencial do Ministério da Aeronáutica,

um estudante do Cemeb foi objeto de investigação, em dezembro de 1968, como "suspeito de ser comunista" (Arquivo Nacional, 1969).

O jornal também exerceu o papel de educador coercivo da conduta moral da população. As passeatas e reivindicações escolares eram reprimidas e rebaixadas como desnecessárias. O periódico funcionou como um espaço para denúncia de subversão, como a publicação sobre a entrega de panfletos na escola, que acusa e expõe o nome do estudante Juarez Rocha Gomes por entregar folhetos contrários ao governo.

Porém, há algumas exceções, como as publicações do caderno "Ensino Dia a Dia", do Correio Braziliense, escrito por Yvonne Jean, jornalista, escritora, intérprete e professora da UnB, bastante conhecida na cidade por sua atuação nas redações dos jornais Correio Braziliense e Jornal de Brasília. Durante vários anos, sua casa funcionou como ponto de encontro de intelectuais, artistas e militantes políticos da cidade. Chegou a ser interrogada e presa em 1964, e condenada em 1971 por sua participação no partido clandestino PCB (Oliveira, 1996). Ainda em 1964, em uma das suas publicações divulgou uma apresentação dos estudantes do Cemeb e alertou sobre a necessidade de manter a originalidade do texto poético "I Juca Pirama", de Gonçalves Dias, e a atualidade da palavra "reclamar",

> [...] tenho a impressão que os jograis saberão manter a fidelidade ao poeta Gonçalves Dias quanto ao atual sentido da poesia-via, poesia-simplicidade, poesia-fantasia, ao transmitir o ciclo americano pelo canto de morte do filho das selvas, do guerreiro, do tupi, em imagens que nos levarão a dizer como o Tymbira "Meninos, eu vi!". (Oliveira, 1996)

Manter a originalidade aqui associa-se também a uma postura, à visão da poesia como lugar de memória e denúncia. Nesse patamar, o texto de Yvonne Jean anuncia a atualização desse lugar da poesia, que se torna sinônimo de rebeldia. Assim, cultua-se na margem da palavra, em sua possibilidade de manejo, a fresta que se deseja para afirmar posições de resistência também

em posturas cotidianas. Ali, a autora celebrava e incentivava os estudantes do Elefante, demonstrando a riqueza de diversos materiais visitados nessa pesquisa e a importância do cruzamento de fontes para sua realização.

Se, no momento de instalação do regime ditatorial, os jornais foram silenciados ou mesmo se alinharam àquele governo, há igualmente frestas, como as proporcionadas por Yvonne Jean, além de outros suportes discursivos, como materiais confeccionados por estudantes e professores à época.

No acervo Elefante Branco, foi encontrado o documento denominado Carta aberta à direção do Cemeb, escrito em 1968, no qual os estudantes demonstram insatisfação com a política nacional e com a direção escolar, já que, segundo os estudantes, a direção era conivente com as ações policiais dentro do colégio. Os estudantes relatam que foram expulsos e presos simplesmente porque participavam do Grêmio Estudantil, realizando assembleias e reuniões. Na carta, os estudantes ainda relatam que o grêmio não somente foi extinto arbitrariamente pela direção da escola, como foram destruídos documentos e os seus pertences. O diretor à época era o professor Cezar Gonçalves Filho, para o qual os estudantes afirmaram que não se consideravam expulsos e que as atuações em prol da escola, como assembleias e reuniões, aconteceriam com ou sem a anuência da direção e do Estado ditatorial. As principais reivindicações eram de interesse coletivo, pediam uma cantina e uma biblioteca mais equipada. A gestão do professor Cezar foi marcada por atividades esportivas, como judô e capoeira, na escola e também deu início a um curso preparatório para vestibulares, tendo seu mandato durado até 1970.

Além do Elefante Branco, outras escolas de ensino médio eram atuantes no DF. O Centro Integrado de Ensino Médio (Ciem), que teve importância fundamental no período; localizado dentro do *campus* da UnB, era considerado "um laboratório pedagógico da Faculdade de Educação da UnB" (Gurgel, 2002, p. 12). Funcionou por sete anos e foi fechado em 1971, devido aos constantes ataques que sofria com as intervenções militares na UnB e também na escola.

O Colégio Agrícola de Planaltina, que hoje integra o Instituto Federal de Brasília; o Centro de Ensino Médio EIT (CEMEIT), antiga Escola Industrial de Taguatinga; e a primeira escola de Ensino Profissionalizante do DF, fundada em 1959, que somente iniciou as atividades em 1961, também podem ser elencadas como escolas importantes no processo de resistência à ditadura.

A atuação dos estudantes e professores era constante para que o Elefante Branco continuasse a ser o modelo de educação para o Brasil. Mas a crescente desvalorização do ensino público se acentuou, com a sanção da Lei Federal n.º 5.692, de 1971, que reformulou o ensino de 1° e 2º graus e deu início à decadência da escola (Brasil, 1971).

Não como situação isolada, a falta de investimento na educação fazia parte do projeto político para o Brasil: a privatização do ensino. Se o Estado não conseguia ou não queria se comprometer com a educação, a solução seria abrir espaço à iniciativa privada, a educação passou a ser um negócio rentável (Assis, 2012).

A notável expansão das empresas da educação privada a partir do golpe de 1964, ocupou a cidade com grandes redes de escolas privadas: Objetivo, 1971; Leonardo da Vinci, 1969; Colégio JK, 1977; Marista, 1964, entre outros. Ao abrir esse espaço por meio de mecanismos legais, como a nova Constituição de 1967, "os governantes militares tentaram se desobrigar de financiar a educação pública e gratuita, e estabeleceram as condições legais que viabilizassem a transferência de recursos públicos para a rede particular" (Assis, 2012, p. 328).

Os relatos sobre a resistência à ditadura militar no colégio Elefante Branco podem trazer novo olhar sobre as maneiras de reagir ao regime autoritário no Distrito Federal, possibilitando outras narrativas e percepções. A partir de novas vozes, vindas de relatos orais e também de vasto acervo jornalístico, arquivos da censura e de materiais dos arquivos da própria escola, essa história ganha outras facetas, desdobra-se e revela, por detrás da névoa cinza, uma paisagem brasiliense questionadora e atuante.

Referências

ALMEIDA, Betty. *Paixão de Honestino.* Editora Universidade de Brasília: Brasília, 2016.

ARQUIVO NACIONAL. *Inquérito.* Encaminhamento secreto n.º 233/ NSISA/SNI. AC_ACE_12892/69_CNF. Fundo SSI, 1969.

ASSIS, Renata Machado. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. *Educação em Perspectiva*, v. 3, n. 2, Viçosa, jul. /dez. 2012, p. 320-339.

BAKAJ. Branca. *Entrevista*. Entrevistadores: Eva Waisros Pereira e Francisco Heitor M. Souza. Transcrição: Gabriela Lafetá Borges. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal, Brasília, 15 jun. 2004.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 26/2/1969, Página 1706 (Publicação Original).

BRASIL. Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 11/11/1964, p. 10.169 (Publicação original).

BRASIL. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 12/8/1971, p. 6377 (Publicação original).

CABRERA, Marlene. *Entrevista.* Entrevistadoras: Eva Waisros Pereira e Cinira Maria Nóbrega Henriques e Francisco Heitor Magalhães Souza. Transcrição: Karina Pires Silvério. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, out. 2006. 36 p.

CEBALLOS, Viviane Gomes. *E a história se fez cidade...: a construção histórica e historiográfica de Brasília.* Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2005.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis*: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

DEMOCRACIA: Teoria e Vivência. Brasília: *Correio Braziliense*, 19 mar. 1961.

DENUNCIADA a Bolchevização do Ensino. Correio *Braziliense*, 04 de dez. 1962. Caderno 1, p. 3.

ELEFANTE Vermelho. Brasília, *Correio Braziliense*, 4 dez. 1962.

ESCÂNDALO para Jânio ver. Brasília: *Correio Braziliense*, 14 maio 1961.

FERREIRA, Jorge. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. *In: Revista Brasileira de História*, v. 33, n. 66, p. 113-134. São Paulo: Associação Nacional de História, dez. 2013.

FERREIRA, Libânia Rabelo. *Entrevista*. Entrevistadoras: Eva Waisros Pereira e Cinira Maria Nóbrega Henriques. Transcrição: Karina Pires Silvério. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 9 out. 2003.

GALVÃO, Carlos Alberto Farias. *Entrevista*. Entrevistadora: Francisco Heitor de Magalhães Souza e Cinira Henriques Nóbrega. Transcrição: Paulo Emílio R. Ferreira. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal, Brasília, 30 maio 2003. 17 p.

GURGEL, Antônio de Pádua. *Rebelião dos estudantes:* Brasília, 1968. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MACDOWELL, Antonio Fernando Paranhos. *Entrevista.* Entrevistadoras: Eva Waisros Pereira e Cinira Maria Nóbrega Henrique. Transcrição Bruno Alves Borges. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 20 maio 2010.

MARQUES, Jarbas Silva. *Entrevista.* Entrevistadora: Eva Waisros Pereira. Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 29 jun. 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho"*: o anticomunismo no Brasil. São Paulo: Perspectiva / Fapesp, 2000.

NÃO PODERÃO Começar dia 1º. as Aulas. Brasília, *Correio Braziliense*, 23 fev. 1961.

OLIVEIRA, Christiany Isabel A. *Ivonne Jean e a repressão do regime autoritário em Brasília* – 1962-1971. CEUB, 1996.

PIMENTEL, Eldonor de Almeida. *Entrevista.* Entrevistadoras: Eva Waisros Pereira e Cinira Maria Nóbrega Henriques. Transcrição: Glécia Virgolino da Silva. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 16 jul. 2006.

RELATÓRIO da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília. CATMV/UnB. Brasília: FAC - UnB, 2016.

SERÁ monumental Escola Média do DF. Brasília. *Correio Braziliense*, 28 jan. 1961.

TABORDA DE OLIVEIRA Marco Aurélio; OLIVEIRA, Luciane Paiva A. de. *Corporalidade e cultura escolar*: refletindo sobre a reorientação das práticas escolares de Educação Física no Estado do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2004.

VASCONCELOS, Maria Coeli. *Honestino.* Documentário. Brasília, 1992.

Sobre os autores

Alice Fátima Martins

Doutora em Sociologia, professora titular na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Bolsista de produtividade em pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
E-mail: profalice2fm@gmail.com

Antonio Carlos Andrade de Souza

Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília; professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: toninho2018pos@gmail.com

Antonio Fávero Sobrinho

Mestre em História pela Universidade de Brasília, Professor Assistente na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Ariane Abrunhosa

Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal.
E-mail: abrunhosa.ariane@gmail.com

Claudia Paiva Carvalho

Doutora em Direito pela Universidade de Brasília, professora de Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).
E-mail: claudiapaivac@gmail.com

Cristiano Paixão
Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor adjunto da Faculdade de Direito da UnB.
E-mail: cristiano.aslh@gmail.com

Carmyra Oliveira Batista
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carmyra.batista@gmail.com

Denise Farage
Especialista em Políticas Públicas pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: denisefarage@gmail.com

Edilene Simões Costa dos Santos
Doutora em Educação, em Ciência e Matemática pela Universidade de Brasília, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
E-mail: edilenesc@gmail.com

Eliane Brito
Doutoranda em História pela Universidade de Brasília, professora do Centro Universitário Planalto do DF (Uniplan), da Faculdade Projeção e professora substituta do Instituto Federal de Brasília.
E-mail: eliane.cbo@gmail.com

Erlando Reses
Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UnB.
E-mail: erlandoreses@gmail.com

Eva Waisros Pereira
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Aberta de Portugal; professora emérita e pesquisadora associada plena do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília.
E-mail: evawaisros@gmail.com

Haydée Ribeiro Coelho
Doutora em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo, professora associada IV da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: haydeeribeiro@hotmail.com

Josefina Reis de Moraes
Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: josefinarmoraes@gmail.com

José Luiz Villar Mella
Doutor em História Social e das Ideias pela Universidade de Brasília, professor associado I da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Jorge Abrahão de Castro
Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pesquisador associado da Universidade de Brasília e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).
E-mail: jorge.abrahao57@gmail.com

Laura Maria Coutinho
Doutora em Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: lauracou@gmail.com

Leila Chalub Martins
Doutora em Ciências Sociais - Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas, professora do ensino básico público de Brasília de 1968 a 1992, professora associada aposentada da Universidade de Brasília.
E-mail: leilachalub3@gmail.com

Leila Maria de Jesus Oliveira
Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: leiladejesus@gmail.com

Luciana de Maya Ricardo
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: luciana.maya@gmail.com

Maria Andreza Costa Barbosa
Mestre em Educação pela Universidade de Brasília, professora de Artes Visuais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: andrezaferreiro@gmail.com

Mariana Gonçalves Penna
Graduada em História pela Universidade de Brasília e estagiária do Museu da Educação do Distrito Federal.
E-mail: marigpenna@gmail.com

Maria Alexandra Militão Rodrigues
Doutora em Psicologia, professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: alexandrarodrigues57@hotmail.com

Maria Lídia Bueno Fernandes
Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo, professora associada 3 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo de Pesquisa Sujeitos, Territórios e a Construção do Conhecimento (GPS).
E-mail: lidia_f@uol.com.br

Maria Margarida Machado
Doutora em Educação, professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: mmm2404@gmail.com

Maria Paula Vasconcelos Taunay
Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: mariapaulataunay@gmail.com

Mônica Menezes de Souza Batista
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: profmonicams@yahoo.com.br

Raquel de Almeida Moraes
Doutora em Educação, professora Associada 4 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo Lattes do CNPq: GT História, Sociedade e Educação no Brasil no DF, HISTEDBR-DF - HISTEDBR.
E-mail: raquelmoraesbr@gmail.com

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: rosalia.carvalho@udf.edu.br

Ricardo Gonçalves Pacheco
Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília, professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: prof.ricardopacheco@gmail.com

Samira Bueno Chahin
Doutora em arquitetura e urbanismo pela Universidade de São Paulo, professora do Centro Universitário Facens, membro do Comitê Editorial do projeto Arquitetura e Escrita e do GT Territórios Educativos do Instituto de Arquitetos do Brasil, São Paulo.
E-mail: samira_chahin@yahoo.com.br

Valéria Nely Cézar de Carvalho
Doutora em História pela École Pratique des Hautes Estudes de Paris, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carvalho.nely@gmail.com

Vera Margarida Lessa Catalão
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris VIII, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
Email: veramcatalao@gmail.com

A Editora UnB é filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em Adobe Garamond Pro.

Esta obra é mais uma etapa da história da educação no Distrito Federal. Seu recorte histórico abrange o período da ditadura militar no Brasil, com foco nos acontecimentos na área da educação e suas repercussões na rede de ensino local. Os desafios vividos naquele período de autoritarismo constituem experiências antagônicas ao ideário democrático fundante do sistema de ensino público inovador da capital brasileira. A construção do conhecimento histórico a esse respeito é essencial para que se compreenda a relação intrínseca entre educação e sociedade, bem como as estratégias de organização social adotadas para o enfrentamento à opressão política e ideológica que marcou toda uma geração de brasilienses.

Alice Fátima Martins | Antônio Carlos Andrade de Souza
Antônio Fávero Sobrinho | Ariane Abrunhosa
Claudia Paiva Carvalho | Cristiano Paixão | Carmyra Oliveira Batista
Denise Lucinda Farage | Edilene Simões Costa dos Santos | Eliane Brito
Erlando Reses | Eva Waisros Pereira | Haydée Ribeiro Coelho
Josefina Reis de Moraes | José Luiz Villar | Jorge Abrahão de Castro
Laura Maria Coutinho | Leila Chalub Martins | Leila Maria de Jesus Oliveira
Luciana de Maya Ricardo | Maria Andreza Costa Barbosa
Mariana Gonçalves Penna | Maria Alexandra Militão Rodrigues
Maria Lídia Bueno Fernandes | Maria Margarida Machado
Maria Paula Vasconcelos Taunay | Mônica Menezes de Souza
Raquel de Almeida Moraes | Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Ricardo Gonçalves Pacheco | Samira Bueno Chahin
Valéria Nely Cézar de Carvalho | Vera Margarida Lessa Catalão